

HABEAS CORPUS Nº 494.065 - SP (2019/0046632-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO ZOGAIBE BATISTELA - SP0420501
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOANDERSON JOSE DE OLIVEIRA PARDINHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Joanderson José de Oliveira Pardino**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravado em Execução n. 700631944.2018.8.26.0482 (fl. 106)):

Agravado em execução. Falta grave reconhecida em procedimento administrativo. Sentenciado, todavia, não responsabilizado pela conduta. Agravado ministerial. Pretendida responsabilização do ora agravado. Insuficiência probatória. Inocorrência. Falta grave cometida. Conduta típica. Perda de fração dos dias anteriormente remidos, que pode e deve ser decretada. Inteligência dos artigos 126 e 127, cc. art. 50, I, e VI, cc. art. 39, II e V, todos da LEP. Prática de ato infracional que gera novo cálculo de pena. Falta grave que configura marco inicial para contagem de tempo de benefícios, exceto indulto e comutação de penas (Súm. 535 do C. STJ). Precedentes fortes na jurisprudência. Decisão reformada. Agravado ministerial provido.

Requer o impetrante o trancamento do processo disciplinar por falta de justa causa, seja em razão da ausência de tipicidade da conduta, seja pela absoluta carência de elementos mínimos de materialidade e autoria da infração disciplinar. Subsidiariamente, postula seja afastada como consequência da condenação a perda de dias remidos, por ausência de fundamentação concreta idônea do decisum, bem como eliminada a data da falta como marco interruptivo para o cálculo do livramento condicional.

É o relatório.

No tocante ao pedido de trancamento do processo disciplinar, a

pretensão enseja ampla incursão em fatos e provas, o que não é viável nos autos de *habeas corpus*, de cognição sumária.

Com relação ao montante dos dias remidos declarados perdidos, vê-se do acórdão ampla e suficiente fundamentação, observada a natureza da infração disciplinar, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato (fl. 111).

Já da leitura do acórdão impugnado, verifiquei a existência de manifesto constrangimento ilegal, porque o entendimento adotado é contrário ao contido na Súmula 441/STJ: *a falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional*.

Além disso, quanto à alteração da data-base para a concessão dos benefícios no curso da execução penal, a Terceira Seção deste Superior Tribunal, em 28/3/2012, no julgamento dos EREsp n. 1.176.486/SP, uniformizou o entendimento no sentido de que a prática de falta disciplinar de natureza grave interrompe a contagem do lapso para a concessão de benefícios que dependam de lapso de tempo no desconto de pena, **salvo o livramento condicional, o indulto e a comutação de pena**.

Feitas essas considerações, verifico ilegalidade flagrante apta a concessão da ordem de ofício, nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal (AgRg no HC n. 346.810/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 22/6/2016).

Ante o exposto, **concedo** parcialmente a ordem de *habeas corpus* apenas para determinar que o juízo da 1ª Vara das Execuções Criminais da comarca de Presidente Prudente/SP (Execução n. 686.428), desconsidere, no tocante ao livramento condicional, a interrupção do prazo em razão da prática da falta grave.

Comunique-se.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

